

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS *

OS TRÊS TEMPOS SIMBÓLICOS DA RELAÇÃO
ENTRE AS FORÇAS ARMADAS
E A SOCIEDADE PORTUGUESA **

1. INTRODUÇÃO

Sem menosprezar temas como a organização interna da instituição militar ou o papel desta nas tarefas de defesa nacional no âmbito do quadro geo-estratégico em que cada país se insere, penso que o tema de maior actualidade nos estudos militares daqueles países que nos servem de referência política e cultural é o tema das relações entre as forças armadas e a sociedade. Este tema, assim formulado, é tão amplo que tendencialmente abrange toda a problemática militar. Há, pois, que lhe definir os contornos. Em primeiro lugar, diz-lhe respeito a questão das relações institucionais (ou não) entre as forças armadas e o sistema político. Esta questão assume características diferentes nos países periféricos e nos países centrais. Nos primeiros, tanto na América Latina, como na África e na Ásia, está sobretudo em causa a propensão dos militares para intervir de modo decisivo na vida política ou mesmo para assumir plenamente o poder político, constituindo-se em «poder revolucionário», «poder revolucionário permanente», «poder bonapartista

(*) Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

(**) Este texto incorpora e expande algumas das análises contidas nas comunicações por mim apresentadas ao 1.º e ao 2.º seminários da Associação 25 de Abril, realizados em Lisboa respectivamente de 2 a 4 de Maio de 1984 e de 26 a 28 de Abril de 1985. Um agradecimento especial a Carlos Reis, Rosário Pericão e Pedro Hespanha pela ajuda na construção do «tempo primeiro».

constitucional», ou «poder moderador» conforme as situações ⁽¹⁾. Nos países centrais, a questão é sobretudo a do controlo das forças armadas por parte do poder político civil e a do estatuto da condição militar (nomeadamente a questão das restrições do exercício de direitos políticos a que estão sujeitos os militares no activo).

Um segundo conjunto de questões integradas no tema geral de «forças armadas e sociedade» diz respeito à integração maior ou menor das forças armadas na chamada sociedade civil e, portanto, nas organizações sociais, profissionais e comunitárias em que esta se articula, um conjunto de questões que tem sido abordado sobretudo nos países centrais. Esta problemática tem, por sua vez, duas vertentes. Por um lado, trata-se de saber que colaboração as forças armadas podem dar às organizações da sociedade civil no desempenho das funções sociais que lhes cabem e, vice-versa, que colaboração pode ser prestada por essas organizações no planeamento e até na execução das funções próprias da instituição militar (por exemplo, a função de defesa). Por outro lado, trata-se de avaliar a distância ou a proximidade entre o modelo cultural e organizacional das forças armadas e os que dominam na sociedade em geral: como é que a sociedade vê as forças armadas e como é que estas se vêem a si próprias?; quais os traços característicos da sub-cultura militar e quanto se afastam dos padrões culturais dominantes ou mesmo das sub-culturas de outras instituições?; em que medida é que o exercício eficaz das funções militares é incompatível com as formas de organização e os processos de decisão típicos das sociedades democráticas?; qual a relação de forças entre a tendência para «civilizar» a sociedade militar e a contra-tendência para «militarizar» a sociedade civil?

Portugal é uma sociedade intermédia, uma sociedade semi-periférica ⁽²⁾ e isto mesmo se revela no modo como hoje se perfila entre nós a questão das relações entre as forças armadas e a sociedade. Em geral, pode dizer-se que esta questão assume em Portugal uma formulação específica em que se

⁽¹⁾ As forças armadas do mesmo país podem, em períodos diferentes, assumir formas de poder ou de intervenção política também diferentes. Para o caso português, cf. Maria Carrilho (1984); para o caso brasileiro, cf., por último, Dreifuss (1983). Três visões de conjunto sobre este tema, entre muitas outras: Fidel (1975), Nordlinger (1977) e Carranza (1978).

⁽²⁾ Sobre o conceito geral de semi-periferia cf. Fortuna (1984); sobre a aplicação deste conceito à sociedade portuguesa, Santos (1985 b).

misturam preocupações que interessam sobretudo aos países periféricos com outras que têm sido sobretudo manifestadas nos países centrais. Desde logo, o golpe militar de 25 de Abril de 1974 leva-nos a pôr a questão — momentosa nos países periféricos — dos estímulos à interferência e da propensão à intervenção no poder político por parte dos militares. A onze anos de distância (e de proximidade) essa questão mantém a actualidade, tanto mais que o regime democrático, tornado possível pelo golpe militar, não se encontra ainda plenamente consolidado (nas instituições, nas práticas e nas mentalidades). Mas, por outro lado, a crise revolucionária que se seguiu ao golpe militar deu origem a formas de relacionamento entre as forças armadas e a sociedade, muito mais avançadas do que as que hoje se discutem nos países centrais, e a conexão com estes países tem estado presente nas discussões e decisões legislativas dos últimos anos sobre a lei da defesa nacional e das forças armadas e sobre a condição militar, todas elas dominadas pelo princípio da submissão das forças armadas ao poder político civil.

Das condições sociais e históricas do nosso país decorre que o tema das relações entre as forças armadas e a sociedade incorpora vários tempos históricos a que correspondem outros tantos universos simbólicos. Isto é sobretudo assim no domínio das relações entre as forças armadas e a sociedade civil, tema em que me concentrarei neste texto, deixando de fora a análise das relações entre forças armadas e poder político. De facto, o nosso imaginário social não retém uma mas várias imagens das forças armadas. Elas sobrepõem-se, segundo arranjos e ênfases diferentes, sempre que está em causa o relacionamento civil/militar, dando origem a comportamentos e atitudes muito complexos, incompreensíveis à luz de um tratamento unidimensional deste tema. Cada uma dessas imagens corresponde a uma dada temporalidade da nossa vida social e os seus traços compõem um universo simbólico específico, tanto na sua carga de cognição sedutora-repulsiva, como nos processos de inculcação por que se impõe. Os diferentes tempos e seus universos simbólicos são autónomos em sua estrutura e por isso separáveis no plano analítico. No entanto, no plano das vivências individuais e colectivas, misturam-se e combinam-se de múltiplas formas, e a tal ponto que nenhum deles ocupa isolado o terreno da fenomenologia dos comportamentos e das atitudes dos indivíduos, classes ou grupos da sociedade portuguesa face à instituição militar.

Distingo três tempos principais e outros tantos universos simbólicos. O *tempo primeiro* é o tempo das forças armadas (o

exército, por excelência) na sociedade tradicional, dominado pela importância do serviço militar obrigatório nas trajetórias pessoais dos jovens camponeses e de suas famílias. O universo simbólico deste tempo sintetiza-se no conteúdo prático e mítico do «ir à tropa» na sociedade rural. O *tempo segundo* é o tempo das forças armadas na sociedade liberta e convulsa de 1974-75, dominado pelo modo como as classes urbanas radicalizadas, sobretudo a pequena burguesia e o operariado industrial, viram nos militares um aliado natural nas tarefas revolucionárias. O universo simbólico deste tempo sintetiza-se no conteúdo prático e mítico da «Aliança Povo/MFA». O *tempo terceiro* é o tempo das forças armadas na sociedade portuguesa a entrar na CEE, dominado por uma certa governamentalização das forças armadas a pretexto de as submeter ao poder civil e de as restringir ao seu papel profissional, cumprido em tempo de paz nos quartéis. O universo simbólico deste tempo sintetiza-se no conteúdo prático e mítico das «forças armadas modernas e profissionais segundo o modelo ocidental».

Estes três tempos e seus universos são, não só distintos, como, em muitos aspectos, contraditórios entre si. Não admira, pois, que, ao confluírem hoje nos olhares e nas vivências dos portugueses sobre as forças armadas, dêem azo a visões e a percepções ambíguas, instáveis e internamente contraditórias, dificilmente compagináveis com programas lineares de relacionamento civil/militar. Este facto não torna menos válido (e, pelo contrário, torna mais urgente) que cada um destes tempos e seu respectivo imaginário seja analisado em separado. Só assim se poderá dar conta do conteúdo prático-simbólico de algumas das concepções compósitas em que eles se cristalizam.

2. O TEMPO PRIMEIRO: «IR À TROPA» NA SOCIEDADE RURAL

O tempo primeiro é também o de mais longa duração histórico-simbólica e a sua importância no imaginário social português sobre as forças armadas está relacionada com a vigência entre nós dos modos de socialização e de reprodução característicos da sociedade rural. Esta vigência, sendo longa e profunda, não é de modo nenhum estática, uma vez que a sociedade rural se tem transformado mais ou menos profundamente (segundo a sua inserção regional) à medida que se multiplicam as suas relações com a sociedade urbano-industrial, seja ela a de Lisboa, do Brasil, da África ou da França. Sucede, contudo, que, por

razões que não vem ao caso desenvolver aqui, as transformações por que tem passado a sociedade rural não conduziram à suspensão ou à descaracterização totais dos seus padrões de socialização nem dos seus mapas cognitivos. Pelo contrário, estes padrões e estes mapas têm-se sabido adaptar com grande flexibilidade e têm mesmo vindo a marcar a sua presença na socialização e na reprodução urbanas em face dos vínculos camponeses de muitas famílias urbanas. A eficácia práctico-ideológica destes vínculos tende a aumentar nos momentos de crise económica como são os actuais. As complexas mesclas e combinações de padrões de socialização e de hábitos de vida distintos no quotidiano das famílias portuguesas são responsáveis pela heterogeneidade dos modos de reprodução social que noutros trabalhos considereirei ser uma das características básicas da sociedade portuguesa no tempo presente (Santos: 1985 a; 1985 b).

O imaginário social da sociedade rural sobre as forças armadas distingue-se, quer pelo processo de inculcação simbólica que lhe subjaz, quer pela carga de cognição práctico-ideológica por que socialmente se manifesta. O processo de inculcação é um processo lento que se sedimenta com o suceder das gerações e se reafirma nos ritos anuais dos jovens que «vão às sortes» e «ficam apurados» para depois «assentarem praça» e «jurarem bandeira». O espaço mítico da vida militar na vida dos jovens camponeses e suas famílias é construído através das formas de inter-conhecimento que caracterizam as sociedades de cultura oral, pelo que não surpreende que o cancioneiro popular português esteja recheado de motivos militares. E esse espaço articula-se e aprofunda-se nas cartas que se trocam com a família, com os amigos e com as madrinhas de guerra. Como diz Modesto Navarro, «às histórias ancestrais do soldado que regressava da guerra e do 'Milhões', que povoavam o nosso imaginário de habitantes do interior, juntavam-se, ano após ano, as pequenas e grandes histórias dos jovens que ficavam apurados e iam para Chaves, Vila Real, Lamego, Porto, Santarém ou Lisboa, cumprir a vida militar» (1985: 1).

A longa sedimentação histórica deste processo de inculcação simbólica e o facto de, precisamente pela sua longa duração, ter digerido períodos e situações muito diferenciados (de guerra e de paz; de crise económica e de relativo desafogo; de lutas políticas acesas e de alguma estabilidade governativa) faz com que a carga de cognição práctico-ideológica em que se foi concretizando seja muito complexa e internamente contraditória. Trata-se de uma carga cognitiva que, como acontece em geral nos processos simbólicos mas aqui com particular contraste, tem uma face de sedução e outra de repulsão, um

lado positivo e um lado negativo. Esta duplicidade observa-se, tanto na concepção do impacto da ida à tropa na vida do jovem, da sua família e do seu grupo de referência, como na concepção da vida militar em si.

A ida à tropa sempre foi um factor de perturbação na vida do jovem e na da sua família. Na sociedade rural, a ida à tropa interferia negativamente no ciclo de produção e de reprodução da economia camponesa na medida em que lhe retirava dois preciosos braços de trabalho. Essa privação não era, contudo, apenas económica; era também afectiva. Dado o carácter multiplexo (de múltiplo vínculo) das relações sociais no campo, a saída de um dos membros da comunidade significava a perda de um agente económico, a privação do exercício do controlo paterno e materno, a perda de um companheiro nos momentos de ócio, a privação do arrimo e do conforto nos momentos mais duros da luta pela sobrevivência, o abandono ou pelo menos adiamento de um projecto de casamento. Não admira, pois, que a sociedade rural chorasse a saída dos seus filhos como eloquentemente mostra o nosso cancioneiro popular ⁽³⁾:

Adeus, adeus ó Coimbra
Toda alumiada a gás;
Adeus quartel da Sofia
Onde eu tenho o meu rapaz.

(Beira)

Quando eu assentei praça
Peguei nas armas reais;
Minha mãe chorava muito,
Eu inda chorava mais.

(Famalicão)

Adeus ó vila de Cuba
Cercada de cachos de uvas;
Vão os moços para a tropa
Ficam as moças viúvas.

(Cuba)

⁽³⁾ As ilustrações do cancioneiro popular foram recolhidas em Lima (1930) e Paço (1965).

A trança do meu cabelo
Hei-de mandá-la vender,
Pra livrar o meu amor,
Soldado não há-de ser.

(Douro)

Ó comboio da hora e meia
Não te posso ver passar!
Levaste o meu amor
Para a vida militar.

(Minho)

Mas a ida à tropa era também uma libertação e uma promoção. Tinha antes de mais o atractivo do desconhecido sedutor, de um mundo maior, urbano, anónimo, diferente, onde as lealdades e as autoridades rígidas do mundo rural pareciam ridículas e onde os compassos minuciosos do quotidiano camponês se esfumavam sem pena. Como diz Moisés Espírito Santo, num estudo sobre uma comunidade rural ao Norte do Tejo, «o jovem só conquista uma certa independência com o serviço militar, que, em Portugal, e para utilizar a linguagem dos instrutores das casernas, tem a função de 'subtrair os jovens às saias das mães', torná-los adultos, desligá-los do seio materno, no sentido libidinal da expressão» (1980: 85) ⁽⁴⁾. Num tom mais autobiográfico Modesto Navarro refere que «a vida, para o jovem habitante do interior, dava um grande salto, em conhecimento e experiência, com a vinda à tropa. Pouco ganharia do ponto de vista profissional; só em raros casos, com a sorte de ser incorporado na marinha ou na aviação, poderia aprender

(4) Villaverde Cabral refere de passagem numa mesa redonda sobre a aldeia e a vida camponesa que «o serviço militar obrigatório, por exemplo, desempenhou um papel considerável. Se, por um lado, podemos compreender a resistência do *pater familias* a entregar os filhos a uma instituição que se arriscava a não lhos devolver intactos do ponto de vista do colectivismo interno do grupo doméstico, não se podem tão-pouco ignorar os efeitos de socialização libertadora que o serviço militar teria, segundo certos autores, também tido para os jovens rurais, como aliás a escolarização os vem tendo» (1982: 77). A promoção pessoal e a libertação do controle paterno através do serviço militar estão bem caracterizadas na trajectória pessoal do jovem Gavino Ledda, no filme *Padre Padrone* de Paolo e Vittorio Taviani.

uma nova profissão; mas o facto de conhecer outras vilas e cidades e outras gentes, de partilhar o quotidiano do quartel com centenas de jovens oriundos de todo o país, de ter de resistir sozinho ao embate violento com novos mundos e desconhecidas dificuldades, davam uma ténpera diferente a quem nos surgia depois em casa, no trabalho e no lazer com histórias que acrescentavam novos sentimentos e sonhos à nossa vontade de ver mundo e de rasgar a idiotia de um quotidiano cinzento, recheado de violências e faltas» (1985: 1 e s.).

A ruptura dos horizontes estreitos em que se traçavam as suas trajectórias de vida foi sempre para os jovens camponeses um objectivo-problema, nem sempre concretizável e quase sempre mítico. A escolaridade só a muito poucos conferia (e confere) uma saída; a emigração para a cidade ou para o estrangeiro foi para muitos até há pouco tempo a via dolorosa e gloriosa; mas não restam dúvidas de que, sobretudo depois da implantação da República, o serviço militar obrigatório foi a solução mais universalizada (ainda que a menos brilhante) para a tentativa de mudar de vida. Não necessariamente o serviço militar em si, mas o que vinha ou poderia vir com ele: a escolarização mínima; o conhecimento das oportunidades de melhoria de vida; a familiarização com os hábitos, as palavras, os gestos e as posturas que garantiam o domínio das interacções urbanas onde muitas vezes se decidia o futuro; uma profissão; o emprego na cidade; o casamento com uma mulher da cidade, disposta a partilhar uma trajectória assente na promoção pessoal.

A promoção pessoal começava, aliás, na promoção física, na afirmação da virilidade que dava a confiança necessária para enfrentar o desconhecido:

Quando eu fui à inspecção
Que pus o pé no civil
Ouvi dizer ó surgirão:
«Destes tomara cá mil».

(Alentejo)

Meu pai chora que se mata
Por eu chegar ao estalão;
Não chore, meu pai, não chore,
Os homens prò que são?

(Entre Douro e Mondego)

Eu hei-de ir pra Santarém,
Meu amor também há-de ir;
Meu amor pra impedido
Eu criada de servir.

(Ribatejo)

O universo simbólico do tempo primeiro reconstrói assim a ida à tropa, tanto pelo distúrbio que ela provoca no círculo familiar e comunitário, como pela libertação que ela proporciona para fora desse círculo; tanto pelas perdas efectivas, económicas e emocionais, que ela causa, como pela promoção de vida melhor que possibilita. Em qualquer destas dimensões, o serviço militar é reconstruído instrumentalmente, tanto pelo que destrói, como pelas oportunidades que cria que muitas vezes só se vêm a concretizar muito depois de o serviço militar ter terminado. No entanto, estas dimensões não esgotam de modo nenhum a riqueza deste imaginário social. A ida à tropa não é apenas um instrumento para atingir outros fins, é também um momento decisivo na vida dos jovens, um retalho temporal que institui um quotidiano radicalmente diferente, pautado por regras estranhas, falado em vozes invulgares, vestido em fatos especiais, sujeito a ritmos e compassos inconciliáveis com os do quotidiano camponês. Enfim, a vida militar é uma vida esotérica e como tal não surpreende que seja aqui que o contraste claro/escuro, sedução/repulsão, mais acentuadamente se manifesta.

Até à implantação da República, o serviço militar era cumprido fundamentalmente pelos filhos das classes populares que não tinham padrinhos ou dinheiro para livrar ou para remir a dinheiro o tempo de serviço nas fileiras. Esta discriminação contribuiu para que se implantasse no imaginário social do povo a imagem do serviço militar como mais uma expressão da injustiça social, como um castigo que, aliás, se desdobrava noutros castigos quotidianos, quer no domínio da alimentação e do alojamento, quer no domínio da disciplina (os castigos corporais, de resto banidos — na lei que não na prática — em 1856/57). Em 1903, num artigo significativamente intitulado «A aversão pelo serviço militar» e publicado na *Revista Militar*, Mello e Athayde referia, entre os motivos que no período anterior criavam a repugnância pelo serviço militar: «Uma das primeiras cousas era a duração do tempo de serviço que podia ser longo, muito longo, atingir todo o período mais belo da vida de um homem; era um adeus eterno aos sonhos da mocidade, que todos os têm, os próprios rústicos.

E depois, quem pagava esse serviço eram só os miseráveis; o tributo de sangue foi por muito tempo apanágio do pobre» (1903: 167) ⁽⁵⁾. Daí o lado negro da vida militar tão bem registado no cancioneiro popular:

Adeus ó Castelo Branco
Para mim castelo negro,
O meu amor é soldado
Anda a cumprir o degredo.

(?)

Ai a cama do soldado
É um belo paraíso!
A pulga toca viola
O piolho toca guizo.

(Alentejo)

No quartel dos militares
Quando chove lama faz;
Coitadas das raparigas
Que lá têm o seu rapaz.

(Ribatejo)

A dureza da vida militar, que muitos pais abençoavam como meio de domar a rebeldia dos filhos — os quais, como ainda se diz no Alto Minho, «hão-de ir à tropa quebrar os narizes» —, continuou por muitos anos a povoar e a assombrar o imaginário popular. Virgílio Santos, emigrante português em Londres que cumpriu o serviço militar em finais dos anos cinquenta princípios dos anos sessenta, descreve na sua maravilhosa autobiografia a rigidez (e a injustiça) da disciplina militar: «Eu e o Joaquim fomos chamados ao mesmo tempo, para o mesmo quartel, em Campolide. Ele tinha o número a seguir

⁽⁵⁾ Mello e Athayde não deixa também de referir os efeitos negativos dos castigos corporais: «Mas, acima de tudo, a causa principal, a que verdadeiramente infundia terror, a que fazia esmorecer o ânimo do homem mais viril, e confrangia dolorosamente o coração de mãe mais disposta ao heroísmo — eram os castigos infamantes, então aplicados a faltas as mais leves. Oh! essas varadas, n'outros tempos distribuídas a esmo, ao mero capricho e ao sabor de cada chefe, segundo o seu humor de ocasião, devem ter originado muito horror pelo serviço tão nobre das armas» (1903: 168).

ao meu, ficando, assim, juntos, pertencendo à mesma caserna, à mesma bateria, mesmo pelotão, sob o comando do mesmo capitão e das ordens do mesmo alferes, dormindo ele por cima da minha cama. Na segunda semana de serviço fui castigado com as dispensas cortadas, pela razão de que, quando o capitão passou a revista à caserna, encontrou a minha cama um pouco amarrotada. O Joaquim sentara-se nela, para calçar as botas, depois de eu a ter feito. Embora a culpa não fosse minha, eu é que tive de pagar o castigo. Era assim na tropa: pagava o justo pelo pecador» (1981: 116) ⁽⁶⁾. Também o Mateus do conto de Vitorino Nemésio sentiu na carne (sofreu «quatro prisões de-baixo de armas») a arbitrariedade e a brutalidade dos instrutores: «Vem cabo Conceição — um moço ensocado, perfeito, todo latigante — e manda-o barrer a caserna. O Matesinho barreu, sabe Deus com que bofes! Mas um home se jura o Rei é para honrar a palavra, e corno seja aquele que suja a barba toda só por um repente tolo, uma prosápia de valente. Q'al o quê!... Mas porém chega o cabo, aquele prosa de merda! põe-se de cócoras no solho a inzeminar a poeira. Desencava o barretina a Mateus — um alvorado! — esfrega-a no chão e diz. — Tás a ver?! Q'ando nã tiver disto — 'e amostrava-me a copa cheia de terra' — antão podes ir à tua vida. Ponha-se já em sintido e faça o que l'eu mandei! Ordinariú... marche!» (1949: 129).

O tempo primeiro atravessa longamente a nossa história e os períodos em que esta foi feita de guerra contribuíram

⁽⁶⁾ Virgílio Santos descreve assim a dureza do treino militar: «O treino dos recrutas era duro e puxado. À chuva ou ao sol nós tínhamos de marchar, correr, saltar, obrigando, por vezes, o corpo a exceder as suas próprias forças. Além destes esforços físicos, estávamos também, pior ainda do que antes, sujeitos ao mau tratamento, à má língua de alguns oficiais, que nos tratavam como se nós fôssemos animais vadios.... Havia um alferes baixo, grosso de corpo, moreno, que a todo o momento gritava: 'Anda lá tu, filho da puta!.... Olha lá onde pões as patas, 'marreco'!.... Abre os olhos, cabrão!....' Este jovem oficial parecia que não tinha aprendido na Academia outra língua mais limpa, nem maneiras mais civilizadas que aquelas que usava sobre os pobres recrutas, ao seu mais pequeno descuido, assustando-os e enervando-os, em especial os recrutas que vinham da província, obrigando-os, com a sua perversa língua, a fazer engano sobre engano. Isto fazia-me pensar que, para defender e servir a Pátria, razão por que éramos soldados, seria também necessário transformarem-nos em trapos e servir de rodilha a gente grosseira, sem educação, sem respeito nem compreensão pelos seus semelhantes» (1981: 116-117). Marmelo e Silva descreve os exercícios militares com grande sarcasmo na sua bela novela *Anquilose* (1968).

para carregar as cores negras com que o imaginário social foi construindo a vida militar:

Minha mãe que me criaste
Ao peito com tanto mimo;
Agora vou para a guerra,
Morrer como um passarinho.

(Foscoa)

Foi a primeira guerra mundial, foi depois a guerra colonial. Desta última o ciclo simbólico está ainda por fechar. Abre-se recorrentemente como uma ferida mal sarada nas histórias que se contam, na poesia ⁽⁷⁾ e no romance ⁽⁸⁾, nas promessas aos santos da devoção, nas peregrinações a Fátima.

Mas, como disse, a vida militar é de todos os motivos de construção simbólica aquele em que é mais acentuado o contraste sedução/repulsão. Daí que ao lado negro se justaponha o lado claro. Mesmo no tempo de guerra, sempre que esta foi, por uma via ínvia e infame, um instrumento de promoção pessoal para o soldado que decidiu ficar no estrangeiro ou radicar-se em África:

Soldado que vais prá guerra
Viste por lá o meu Luís?
Esse soldado, senhor,
Não veio porque não quis.

(Famalicão)

Mas é sobretudo em tempo de paz que o imaginário recolhe as amenidades da vida militar, as quais contrastam com

⁽⁷⁾ A título de exemplo, o que se poderá designar por *ciclo de Nambuangongo* da poesia portuguesa em Fernando Assis Pacheco: «Há um veneno em mim que me envenena / um rio que não corre, um arrepio» (1963: 79); e em Manuel Alegre: «Em Nambuangongo o tempo cabe num minuto / em Nambuangongo a gente lembra a gente esquece / em Nambuangongo olhei a morte e fiquei nu. Tu / não sabes mas eu digo-te: dói muito. / Em Nambuangongo há gente que apodrece». (1968: 109); ou «E nunca mais houve ontem nem depois. / São onze horas da manhã de mil novecentos e sessenta e dois / no meu relógio entre Quipedro e Nambuangongo» (1974: 37).

⁽⁸⁾ Entre muitos exemplos, João de Melo (1977), Virgílio Alberto Vieira (1977; 1979; 1982) e José Manuel Mendes (1978).

a vida dura do campo, o suor com que se ganha o pão ⁽⁹⁾. A vida militar é interregno de relativo lazer e de alguma irresponsabilidade, já que a sobrevivência parece assegurada independentemente de qualquer esforço que a mereça. E é por isso que o serviço militar nivela simbolicamente as desigualdades sociais:

A vida do militar
É uma vida aperaltada;
Seja pobre ou seja rico,
Traz sua bota engraixada.

(Ribatejo)

Não há vida mais alegre
Do que é a do soldado;
Quando vai pró quartel
Tem o comer arranjado.

(Penamacor)

Não há vida mais bonita,
Que a vida do militar;
Come o rancho na marmita
E à tarde vai passear.

(Bragança)

Mas acima de tudo a vida militar é, em si, um factor de promoção pessoal independentemente das oportunidades a que pode dar lugar. Quem a cumpre, enquanto a cumpre, sobe, por esse facto, na escala social com que a sociedade tradicional mede a trajectória dos seus filhos:

Anicas se queres usar
Sapatinhos de veludo,
Toma amores com militar
Que el-rei dá para tudo.

(Alentejo)

⁽⁹⁾ A mitificação *sub rosa* da vida militar é desde há muito promovida pelos intelectuais orgânicos da instituição militar. Já em 1903, o citado Mello Athayde dizia. «O soldado hoje tem, na companhia a que é destinado, um lar onde encontra uma família a que pertencerá por algum tempo, onde é tratado com amor, como membro querido d'essa família» (1903: 169).

Tenho uma cama de ferro,
Em cima um travesseiro;
Anda agora muito em moda
Namorar um artilheiro.

(Alentejo)

Conclui-se assim que o universo simbólico sobre as forças armadas que caracteriza o tempo primeiro é muito rico. A longa duração deste tempo e as transformações por que tem passado a sociedade rural fazem com que imagens muito díspares e até contraditórias se sobreponham e se combinem no sentido que as pessoas vão dando às suas relações próximas ou longínquas com um facto externo que lhes altera, para bem e para mal, a rotina dos dias iguais. A unidade que atravessa essas relações e que confere coerência a este universo simbólico reside em que se trata de uma sociedade que se reconhece inferior e relativamente bloqueada e que serve a instituição militar, servindo-se dela para atingir o objectivo da promoção individual de alguns dos seus membros. Esta relação vertical e instrumental com a instituição militar integra-se no tipo geral das relações que caracterizam o populismo⁽¹⁰⁾. O populismo é um modelo de

(10) A concepção instrumental das forças armadas por parte das classes populares coexiste com a *concepção metafísica* (mítico-ideológica) produzida no interior da instituição militar por meio das formas de auto-conhecimento que lhe são específicas. Os valores que subjazem a esta concepção são totalmente distintos dos que subjazem ao universo simbólico do tempo terceiro adiante tratado: o valor da profissionalização é subordinado ao da vocação e o valor da modernização é subordinado ao da tradição. Exemplos a esmo: O capitão-capelão, Keis Rodrigues, em «Apologia do Exército»: «O exército não é apenas a espiritualização da força; é igualmente o refúgio de alguns dos maiores valores morais por que um homem se pode apaixonar na vida. E são esses valores, afinal, que o obrigam a canalizar a força no sentido do espírito» (1959: 13); Carlos Selvagem, em «Juventude, Exército, Nação»: «Em cada agregado nacional é, por definição, o Exército... a mais sólida e salubre aprendizagem da vida... Não é, como qualquer outro ofício, um modo de ganhar a vida, mas sim um voluntariado de vocação, isenção e sacrifício, com o seu quê de profano sacerdócio. Todo aquele que de vocação ou tradição de família livremente o escolhe, sabe de antemão que o soldo é parco, as ambições restritas... e que o seu destino de humilde glória é só esse austero e secreto orgulho íntimo de, em todas as circunstâncias e riscos, servir devotada e integralmente a sua Pátria» (1965: 15). Apesar de muito distintas e, na aparência, antagónicas, a concepção instrumental e a concepção metafísica são as duas faces do mesmo universo simbólico. A doutrinação mítico-ideológica é suficientemente abstracta e ambígua para permitir aos agentes sociais — tanto

dominação política que assenta na incorporação dependente e desorganizada das massas populares no processo político, geralmente através de intermediários (líderes sindicais, deputados, notáveis locais, etc.) que promovem e regulam a troca de favores entre as massas e o poder político ⁽¹¹⁾. A instituição militar é afinal parte integrante do poder político e a relação dela com a sociedade neste tempo primeiro é uma relação de dependência e de instrumentalização, uma *relação populista*, em suma.

3. O TEMPO SEGUNDO: «A ALIANÇA POVO/MFA»

O tempo segundo é um tempo breve mas muito intenso. Os escassos meses da sua duração efectiva foram suficientes para inculcar no imaginário do povo português uma visão nova das forças armadas, a visão de umas forças armadas libertadoras, empenhadas na solução dos problemas básicos das classes populares ou, pelo menos, na minoração das suas carências sociais mais graves. Sendo nova, esta visão não constitui uma ruptura total com a visão que caracteriza o tempo primeiro. A continuidade entre as duas visões reside em que em ambas as forças armadas são agentes de libertação, polos de ascensão social. São-no, contudo, de modos qualitativamente distintos. No tempo primeiro, trata-se de uma ascensão individual (a de cada um dos «mancebos apurados») e a libertação reside em os indivíduos saírem de si, do seu meio, para entrarem numa instituição distante, estranha, autoritária que lhes acena com um novo (e melhor) modo de vida. Ao contrário, no tempo segundo, a ascensão é colectiva (das classes trabalhadoras) e a libertação consiste em as forças armadas se aproximarem do povo, dos seus meios e modos de vida, para a partir deles (de dentro deles) os tentar melhorar.

O novo universo simbólico que se constituiu à volta desta visão das forças armadas, a partir de certa altura sloganizada na expressão «Aliança Povo-MFA», envolveu não só os movimentos sociais e as forças armadas como o estado no seu todo, dado o papel dos militares no derrube do fascismo e na condução dos processos políticos que se lhe seguiram. Daí que, na análise do tempo segundo, as relações entre os movimentos populares e o

às classes populares como aos titulares da instituição militar — a realização, ao abrigo dela, de objectivos egoístas, pessoais e prosaicos sem correrem o risco de dissonância cognitiva.

⁽¹¹⁾ Sobre o populismo, cf. o excelente estudo de Francisco Weffort (1980).

MFA (a que simbolicamente são reduzidas as forças armadas) devam ser tratadas no contexto das transformações jurídico-políticas do estado em que tiveram lugar ⁽¹²⁾.

Antes de proceder a esta análise impõe-se uma precaução metodológica. É que, segundo as preferências ideológicas dos analistas, duas posições extremas têm sido tomadas no que respeita aos movimentos sociais que explodiram depois de Abril de 1974. Segundo uns, os movimentos sociais foram um movimento popular, genuíno, espontâneo e autónomo, um movimento que manteve intacta a sua lógica própria de desenvolvimento ao longo de todo o processo apesar das tentativas partidárias para o controlar. O movimento popular falhou porque, uma vez frustrada essa tentativa de controlo, as forças políticas organizadas e os aparelhos do estado que elas controlavam tudo fizeram para asfixiar e bloquear as decisões e as actividades das organizações populares de base. Segundo outros, o movimento popular foi pouco mais do que a correia de transmissão das decisões dos comités centrais de várias organizações políticas partidárias, um movimento manipulado, instrumentalizado, se não mesmo criado *ab ovo* por essas forças políticas e para os objectivos políticos por que elas lutaram. Através do suposto movimento popular autónomo essas forças políticas procuraram contrabalançar as perdas antecipadas e depois concretizadas ao nível da legitimidade eleitoral que entretanto se foi constituindo.

Penso que qualquer destas generalizações tem uma dose de verdade e talvez várias de falsidade; que a verdade está talvez entre elas ou acima delas; que qualquer delas cobre, parcialmente, experiências sociais e processos de mobilização e de participação populares muito diferentes; e, finalmente, que para chegar a conclusões seguras neste domínio é necessário que muito mais investigação seja feita sobre cada uma dessas experiências e cada um desses processos. A minha hipótese de trabalho é que o movimento popular criado ou desencadeado depois do 25 de Abril constitui uma das características mais específicas da revolução portuguesa e que, mesmo tendo em conta todas as diferenças relevantes (ou seja, o período específico em que tiveram lugar, a área social em que intervieram, a região do país onde dominaram), a riqueza do movimento popular não pode ser reduzida a estratégias partidárias ou mesmo à decisão do MFA de promover ou aceitar a certa altura os termos da «Aliança Povo-MFA».

⁽¹²⁾ Sobre a crise do estado em Portugal em 1974-75 e os seus antecedentes, cf. Santos (1984).

O desenvolvimento e a verificação desta hipótese assenta num pressuposto teórico sobre a natureza do poder do estado neste período e sobre a lógica das transformações por que passou ou não passou. Muito brevemente direi que se tem geralmente considerado que uma das características mais importantes do processo revolucionário consiste no que se designa por *dualidade de poderes*, ou seja, na coexistência de dois centros de poder diferentes, apoiados em bases sociais contraditórias e apontando para formas de estado também diferentes. Assim Lenine considerou que a dualidade dos poderes entre os Sovietes e o Governo entre Fevereiro e Outubro foi a característica mais específica da revolução russa⁽¹³⁾. Trotsky expandiu o conceito de dualidade de poderes e converteu-o numa característica geral de todas as revoluções, mesmo das revoluções burguesas⁽¹⁴⁾.

Em minha opinião, apesar de Portugal ter sido nesse período um dos países mais livres do mundo — tal como Lenine dizia da Rússia no período da revolução —, não houve uma situação de dualidade de poderes. Por razões que não posso desenvolver aqui, mas que têm a ver com a própria natureza do processo político que desencadeou a crise revolucionária, a situação foi antes a de *dualidade de impotências*, ou seja, nem poder burguês nem poder operário. Esta dualidade de impotências em termos da natureza de classe do poder político teve dois componentes fundamentais. Em primeiro lugar, uma dualidade institucional no interior do próprio estado; não, portanto, uma dualidade entre o estado e algo fora dele, mas antes um *estado dual*. Em segundo lugar, uma paralisia selectiva mas muito importante das funções administrativas do estado.

A emergência do estado dual ficou simbolizada logo nos primeiros dias da revolução pela contradição entre a hierarquia de comando e o comando revolucionário dos capitães, entre a Junta de Salvação Nacional e a Comissão Coordenadora do

(13) Diz Lenine: «Em que consiste a dualidade de poderes? Em que ao lado do Governo Provisório, o governo da *burguesia*, se formou *outro governo*, ainda fraco, embrionário, mas indubitavelmente existente de facto e em desenvolvimento: Os Sovietes de deputados operários e soldados» (1978: 17).

(14) Para Trotsky existe dualidade de poderes sempre que «a destruição do equilíbrio social atinge e divide a superestrutura do Estado» (1963: 103). Para uma análise desenvolvida do contraste entre Lenine e Trotsky cf. Santos (1979). Sobre a dualidade de poderes em processos revolucionários cf., a título de exemplo, Broué e Témime (1961), Broué (1971), Mercado (1974).

Programa do MFA. Esta dualidade estendeu-se em breve a todos os sectores do estado, ainda que de formas e com objectivos diferentes. Mas em geral o padrão foi o seguinte: dada a resistência passiva ou activa da administração pública tradicional, ou seja, do núcleo central da burocracia estatal, perante as novas condições e dada a sua incapacidade para dar resposta às novas solicitações e aos novos problemas sociais com que era confrontada, verificou-se em quase todos os aparelhos do estado a criação de instituições paralelas, menos burocráticas e, sobretudo, preenchidas com funcionários activamente identificados com a revolução. A essas novas instituições foi cometida a tarefa de articularem a adaptação do estado às novas condições e, portanto, de encontrarem respostas institucionais e administrativas para a explosão social já em movimento. Entre muitos outros exemplos, no Ministério da Habitação enxertou-se o SAAL no FFH e no Ministério da Agricultura criou-se o IRA e nele se foram enxertando os CRRA e o SADA ⁽¹⁵⁾.

Em todo este processo a burocracia tradicional do estado não foi transformada — houve saneamentos, muitas vezes oportunistas, e sempre de pessoas que não de processos de decisão —, foi apenas suspensa, paralisada e de algum modo mantida de reserva à espera de condições mais afeitas à sua reactivação. Foram as novas instituições que se propuseram articular o estado com o movimento popular.

Foi, pois, no contexto de um estado dual e de uma paralisia quase total do núcleo central da administração pública que a relação entre o MFA e o movimento popular teve lugar. São quatro as dimensões principais, dessa relação:

- a ratificação popular do golpe militar;
- a resolução de problemas concretos das classes populares no meio rural e urbano;
- as campanhas de dinamização cultural;
- a tentativa de desenvolver uma nova forma política de estado capaz de articular e institucionalizar de modo coerente a relação entre o povo e o MFA.

Há algo de sequência temporal nestas quatro dimensões. Apesar de todas estarem presentes de uma ou outra forma nas

⁽¹⁵⁾ Este processo de reconstrução do Estado não constitui uma inovação deste período. Tinha sido já utilizado anteriormente, como o demonstra convincentemente Oliveira Baptista para o caso do Ministério da Agricultura (1984).

várias fases da revolução, cada uma delas tendeu a ser dominante em fases diferentes.

A primeira dimensão (ratificação popular do golpe militar) surgiu logo no dia 25 de Abril quando a população de Lisboa abraçou os soldados da revolta. Foi este um factor político importante, que depois alastrou ao país.

Quanto à segunda dimensão (resolução dos problemas concretos das classes populares), é sabido que, logo depois do 25 de Abril, os homens do MFA foram literalmente invadidos por pedidos, queixas, comissões, delegações, problemas em fábricas, bairros, escolas, prisões, repartições do estado. Era a explosão social. Teoricamente todos estes problemas poderiam ser devolvidos para os canais adequados à sua resolução: o Governo e a administração pública. Mas a tanto obstou a paralisia administrativa a que fiz referência. E gradualmente o MFA foi assumindo a responsabilidade pelas reivindicações sociais emergindo do movimento popular.

Deverá aqui salientar-se a acção do COPCON sobretudo no domínio da habitação e no da ocupação de casas. Muito se tem escrito sobre o COPCON, mas omite-se quase sempre a riqueza dos processos de mediação e de negociação social que ele protagonizou. Fê-lo, ao contrário do que se tem dito, segundo uma lógica coerente, na medida em que a evolução dos seus padrões de actuação é o espelho da própria trajectória da revolução. Começou por ser uma intervenção com base em mecanismos *ad hoc* e dentro do quadro legal existente. Passou depois a uma intervenção de confrontação com esse quadro mas, mesmo neste caso, procurou sempre criar um novo enquadramento legislativo que consolidasse, legitimasse e ordenasse as conquistas do movimento popular. Neste campo é importante o projecto de lei elaborado pelo COPCON sobre a ocupação de casas. E mais importante ainda é a discrepância entre ele e a lei de ocupações de Abril de 1975, uma discrepância que, em si, exemplifica bem a natureza do estado dual a que fiz referência. Assim, enquanto o projecto do COPCON (que era o braço armado do estado) fazia assentar a intervenção estatal nas comissões de moradores, a lei do Governo provisório eliminou toda e qualquer referência a essas comissões. Em qualquer caso, é de salientar que é verdadeiramente através da solução de problemas concretos que o MFA se transforma em imaginário social de libertação, em centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e a injustiça.

De algum modo, esta expansão simbólica foi o objectivo explícito da terceira dimensão a que fiz referência: as campanhas de dinamização cultural. Esta foi considerada uma

dimensão fundamental da articulação povo/MFA e, à partida, os militares tinham capacidade técnica para a levar a cabo, dado o treino em acção psico-social a que tinham sido submetidos na guerra colonial. Apesar disto, esta dimensão foi sem dúvida a que teve menos êxito. Por um lado, deu-se pouca atenção à dimensão cultural das carências materiais; por outro lado, e acima de tudo, imperou o controlo partidário, sobretudo por parte do PCP, e o afunilamento ideológico. No entanto, mesmo aqui é difícil de generalizar sem riscos. Há que estudar caso a caso.

A quarta dimensão é talvez a mais complexa: a proposta de criação de um novo modelo de estado em que a articulação entre o movimento popular e o MFA fosse institucionalizado. Resultou de vários factores: a necessidade de vigiar o carácter anarquista e por vezes não democrático de algumas organizações populares de base; o agravamento das lutas sociais e a ausência de uma direcção política firme; as clivagens no seio do MFA e a luta pelo controlo de uma forma política em que a participação popular fosse articulada à luz da vocação supra-partidária do MFA.

Esta tentativa de converter o MFA num intermediário entre os partidos e as massas populares atingiu o clímax em 8 de Julho de 1975 com o Documento-Guia da Aliança Povo/MFA. É um documento importante quando se compara com documentos revolucionários com objectivos semelhantes noutras revoluções. A participação popular na vida do estado é construída a partir da base, de modo coerente e global. Por outro lado, as forças armadas são radicalmente reestruturadas de modo a incorporar essa participação. No entanto, este documento foi um nado-morto. Quando se institucionalizou a aliança Povo/MFA o povo já lá não estava. O povo já não era as classes populares com problemas concretos. Eram os C. D. R. do PCP e os C. R. T. S. M. do PRP-BR. Eram projectos partidários que se digladiavam em lutas ideológicas tão virulentas quanto estéreis. A proposta que foi adoptada era a menos sectária, mas mesmo essa trazia a marca da organização partidária que a hegemonizara (o MES). Aliás, o MFA, o outro lado da aliança, também já lá não estava, na medida em que o documento em nada reflectia a correlação de forças dentro da ala progressiva das forças armadas.

A democracia directa condenava-se à inanição. Significa isto que a partir de então a democracia representativa seria a única alternativa? Penso que não, e que as propostas mais inovadoras, ao tempo muito vilipendiadas dado o sectarismo da comunicação social, foram as que tentavam elaborar um mo-

delo político em que se combinavam a democracia directa e a democracia representativa: uma terceira via entre o modelo representativo social-democrático e o modelo soviético. Esta teria sido, em meu entender, a contribuição mais original da revolução portuguesa para o património universal da transformação socialista. São conhecidas as negociações sérias neste sentido entre o Grupo dos Nove e Otelo. À primeira vista, essa seria uma forma política adequada às condições estruturais da formação social portuguesa e às condições criadas pelo próprio processo revolucionário. Por um lado, o universo simbólico de libertação à volta da democracia representativa depois de 50 anos de fascismo, reforçado pelo peso da pequena burguesia na sociedade portuguesa e o seu apego às liberdades civis e políticas. Por outro lado, a necessidade de dar coerência e globalidade à participação popular numa sociedade que, dadas as suas assimetrias, poderia facilmente conduzir ao desencanto e à indiferença das classes populares perante o jogo político da democracia representativa, cheio de pequenas rotinas e corrupções, de deseconomias e de ineficiências. Enquanto a intervenção mitigada da democracia directa fortaleceria o tecido democrático da sociedade portuguesa, a democracia representativa constituiria a melhor defesa contra a vertigem insurreccionalista de algumas forças políticas organizadas.

São conhecidas as negociações em fins de Agosto de 1975 e o seu falhanço. Perante esse falhanço, só havia duas saídas para as forças progressivas do MFA: ou forçarem a democracia directa sem democracia representativa, arriscando a guerra civil e constituindo-se em vanguarda política para mais cedo ou mais tarde serem instrumentalizadas numa concepção leninista de partido; ou, pelo contrário, apoiarem-se numa concepção social democrática que hostilizava frontalmente a democracia directa e visava a reconstituição do poder capitalista, o que mais tarde ou mais cedo conduziria à marginalização do MFA. Independentemente das posições políticas de cada um, é importante reconhecer que as forças armadas portuguesas daquele período preferiram a marginalização à instrumentalização. E, mais importante ainda, é que isto se aplica tanto ao Grupo dos Nove como a Otelo, ainda que não ao COPCON no seu todo. No caso do Otelo, o significado é muito especial porque, logo após o 25 de Novembro de 1975, pagou com prisão a sua opção.

O tempo segundo é assim um tempo meteórico e contrastado que atravessa todo o tecido social e o próprio estado. A ruptura com o tempo primeiro dá-se, é certo, ao nível da carga simbólica que transporta, mas dá-se sobretudo ao nível do

processo de inculcação. O universo simbólico do «ir à tropa» é o resultado de uma longa duração histórica, de um processo de sedimentação de mentalidades e concepções que se vai constituindo paulatinamente de geração em geração e que ao nível comunitário se repete ano após ano com os jovens que «vão às sortes» e «ficam apurados para todo o serviço militar». Ao contrário, o universo simbólico da «aliança povo-MFA» é o resultado de uma explosão social que convoca a instituição militar a uma presença decisiva na vida colectiva para as tarefas e utilidades de paz, que não de guerra. É uma convocação multifacetada nos seus objectivos. Vai desde a reparação da estrada ou a projecção do filme até à criação de novas formas de organização social e política (assembleias populares, assembleias de unidade, comissões de moradores, comissões de dinamização, etc., etc.) concebidas como alvíssaras de uma nova democracia directa. É também multifacetada quanto às suas formas, compreendendo as mais informais e inorgânicas (casos da ratificação popular do golpe militar e das petições à porta dos quartéis) e as mais formais e orgânicas (caso das campanhas de dinamização e sobretudo do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA). Mas acima de tudo esta convocação foi rápida e funda, seduzindo e confundindo tanto os actores dos movimentos quanto os do MFA.

Por tudo isto, a relação entre forças armadas e sociedade que subjaz ao universo simbólico do tempo segundo é uma *relação revolucionária*: as classes populares são convocadas a participar colectivamente na melhoria das suas condições de vida e a fazê-lo de colaboração com forças político-militares genuinamente ao lado delas, contra as classes anteriormente dominantes. É, pois, uma relação muito diferente da *relação populista* que subjaz ao universo simbólico do tempo primeiro.

4. O TEMPO TERCEIRO: «AS FORÇAS ARMADAS MODERNAS E PROFISSIONAIS SEGUNDO O MODELO OCIDENTAL»

A construção deste tempo e do seu respectivo universo simbólico iniciou-se logo depois de 25 de Novembro de 1975. Os obstáculos ao seu avanço, a princípio numerosos e importantes, foram sendo eliminados um a um, tendo o último, o Conselho da Revolução, desaparecido com a revisão constitucional de 1982. Dada a tutela arcaica e concentracionária que o Estado Novo impusera às forças armadas, como de resto às demais instituições da sociedade, a submissão ao poder civil não deixou espaço de autonomia à instituição militar onde

pudessem organizar-se processos de profissionalização e de modernização semelhantes aos que ao tempo avançavam nos países europeus desenvolvidos. Este bloqueamento veio a revelar-se dramático com a eclosão da guerra colonial. A crise revolucionária (1974-1975) é o período de construção do tempo segundo que analisei na secção precedente, mas os processos sociais e políticos em que ela se consubstanciou são tão ricos e complexos que, em seus interstícios, germinaram algumas das condições que tornaram possível a emergência do tempo terceiro a partir de 1976. Antes de mais, a disponibilidade dos capitães revoltosos, confirmada pelos factos subsequentes, para devolverem o poder (que nunca detiveram em exclusivo) às forças políticas que ganhassem as eleições, graças a eles, livres, é já um sinal de que no horizonte político do MFA estava um modelo de forças armadas reduzidas a um papel especificamente militar, legitimado e outorgado por um poder civil constitucional. Em segundo lugar, quando durante a crise revolucionária os militares foram forçados a assumir mais tarefas de governação do que as que inicialmente tinham previsto, foram sempre audíveis, e com o decorrer do tempo progressivamente mais fortes, as correntes de opinião no seio da instituição militar (e mesmo no seio do MFA) para as quais a dignificação das forças armadas, ainda que fundada na restituição da liberdade ao país e no terminar da guerra colonial e do colonialismo, devia ser obtida sobretudo por via da profissionalização e da modernização. Não estavam compreensivelmente na agenda os termos precisos em que tal profissionalização e modernização se dariam e, se estivessem, é fácil prever que as orientações dominantes seriam diferentes das que vieram a imperar a partir de 1976, mas é importante reconhecer que o tempo terceiro que nesta data se inicia não constitui uma ruptura total com o período anterior. Isto não impede, contudo, que seja novo e autónomo o universo simbólico a que vai dar origem.

A novidade simbólica do tempo terceiro reside tanto no seu processo de inculcação como na carga de cognição. Ao contrário do que se passa no tempo primeiro — em que o processo de inculcação da imagem social das forças armadas é o resultado de uma lenta construção social marcada pelo ritmo da sucessão das gerações — e ao contrário do que se passa no tempo segundo — em que o mesmo processo é o resultado da acção práctico-simbólica de movimentos populares amplamente participados e dotados de um nível de mobilização social sem precedentes na nossa história —, o processo de inculcação do universo simbólico do tempo terceiro é o resultado da acção

de forças políticas organizadas que monopolizam o debate (e a ausência dele) sobre as forças armadas através de um discurso oficial que tem nos actos legislativos e na comunicação social as suas caixas de ressonância preferidas. Também ao contrário do que se passa com os tempos anteriores, este processo de inculcação desincentiva a construção popular das imagens e refugia-se em saberes e dizeres especializados veiculados por emissores distantes e estranhos.

O mesmo efeito de distanciação é detectável ao nível da carga cognitiva. A novidade do tempo terceiro neste domínio é dupla. Por um lado, ao contrário do que se passa, quer no tempo primeiro, quer no tempo segundo, as forças armadas deixam de ser um instrumento social prático, dotado de utilidades concretas para os indivíduos ou para as colectividades, para se tornarem numa instituição importante no seu isolamento (a condição militar) e abstracta na sua utilidade (a defesa nacional). Por outro lado, enquanto nos demais tempos a imagem social das forças armadas pressupõe a especificidade destas na sociedade portuguesa — quer essa especificidade seja socialmente inconsciente, como no tempo primeiro, quer seja plenamente assumida, como no tempo segundo —, no tempo terceiro, as forças armadas portuguesas são diluídas num modelo esquemático, convertido em conquista universal da civilização e do desenvolvimento.

Por estas duas vias se produzem os efeitos de distanciação e de abstração que passam a habitar o universo simbólico deste tempo terceiro. A relativa descaracterização das forças armadas portuguesas que decorre da sua integração num modelo ocidental (mais propriamente, europeu-central e norte-americano) opera ao nível prático-simbólico com uma eficácia complexa que se traduz, tanto em discursos, valores e imagens, como em soluções institucionais, organizativas e orçamentais. Daí também que o registo em que é feita a análise do tempo terceiro deva ser ampliado de modo a contextualizar o novo universo simbólico na problemática mais geral do poder institucional tal como ele se tem configurado nos países capitalistas desenvolvidos.

De facto, a imagem social das forças armadas submetidas ao poder político civil e autónomas, no plano institucional, para se profissionalizarem de modo a poderem cumprir eficazmente a sua tarefa específica de defesa militar face ao inimigo é uma imagem demasiado abstracta em tempo de paz para sustentar uma relação prática com o quotidiano dos cidadãos. A distância que daí decorre entre as forças armadas e a sociedade civil é susceptível de pôr em questão a legitimidade da insti-

tução militar. A fragilidade do consenso social sobre a função das forças armadas e sobre as despesas públicas necessárias ao seu desempenho cabal é tanto maior quanto a determinação de uma e de outras resultam de critérios profissionais, internos à instituição militar, cujos parâmetros ou fundamentos dependem muitas vezes de imposições da potência estratégica hegemónica e não podem ser tornados públicos por razões ditas de segurança nacional. Esta é uma das razões porque, nas sociedades capitalistas democráticas que nos servem de referência, a questão da profissionalização e da modernização das forças armadas está cada vez mais intimamente ligada à questão do relacionamento civil/militar. De facto, só uma maior integração das forças armadas na sociedade civil é susceptível de congregar os consensos sociais e políticos necessários para que a modernização das forças armadas se dê sem quebra da sua legitimação social.

Uma outra razão tem a ver com as transformações operadas nos conceitos de estratégia e de defesa. Começa hoje a ser reconhecido que a participação civil é uma condição necessária da eficácia das forças armadas no desempenho das suas funções específicas. É-o sobretudo nas situações em que a ocupação do território pelo invasor conduz à resistência popular em colaboração com os meios militares convencionais. Ainda muito recentemente Pezarat Correia considerava a guerrilha como «uma forma de guerra perfeitamente enquadrada na teoria da guerra» e criticava os militares profissionais por não terem «uma grande apetência para conceberem a guerrilha — que é afinal a expressão militar da resistência activa — ao mesmo nível das outras formas de guerra, atribuindo-lhe um estatuto de inferioridade, mesmo de 'guerra suja'» (1985: 14). No mesmo sentido, Rainer Eisefeld fala do conceito de «transarmamento» — conceito cunhado por Galtung — para significar a transição gradual para uma estratégia defensiva «mista», ou seja, «uma combinação de defesa militar convencional, paramilitar (de guerrilha) e não-militar (isto é, social)». Esta forma de «defesa defensiva» apoia-se em unidades pequenas, de alta mobilidade, dotadas com elevado grau de autonomia e dispondo de armas de precisão electrónica e actua em combinação «com a recusa de cooperação e a resistência sem força de grupos organizados relativamente ao invasor» (1985: 8).

Como já ficou referido acima, a questão do relacionamento civil/militar e, portanto, da integração civil das forças armadas não é uma questão específica destas. É certo que se apresenta aqui com alguns traços particulares já analisados, mas em seus aspectos mais decisivos é comum às grandes ins-

tuições das sociedades capitalistas avançadas. Entre estas instituições são de salientar, ao lado das forças armadas, a Igreja, a instituição judicial (os tribunais) e a instituição médica. Deste modo, a questão do relacionamento civil/militar integra-se numa outra, mais ampla, do relacionamento entre as grandes instituições e a sociedade, pelo que a esta última se deverá dedicar alguma atenção.

Todas as instituições que referi são produtos, na sua forma actual, com excepção e apenas parcial da Igreja, do estado e da sociedade liberais. São uma criação dos últimos duzentos anos. Têm, por isso, muito em comum. São instituições totalizantes que aspiram à prestação monopolista de um serviço social relevante (a defesa contra o inimigo, para as forças armadas; a justiça, para os tribunais; a salvação do corpo, para a medicina; a salvação da alma, para a Igreja); fazem-no segundo regras de organização e de actuação específicas, dispondo para o efeito de um corpo profissionalizado cuja formação e prática lhes inculca um universo simbólico próprio, uma sub-cultura específica que se revela de muitas formas e, particularmente, por uma referência privilegiada a certos valores (sem querer ser exaustivo: os valores da pátria, honra, disciplina, liderança, independência nacional e interesse nacional para as forças armadas; imparcialidade, prudência, independência pessoal e irresponsabilidade para os tribunais; primado do doente, responsabilidade pessoal e código deontológico para os médicos; desprendimento terreno, superioridade moral e ligação privilegiada com a divindade para a Igreja).

Acima de tudo, todas estas instituições se caracterizam por serem organizações burocráticas e, portanto, com tendência à auto-regulação e à auto-reflexão⁽¹⁶⁾. O facto de se cristalizarem em grandes complexos institucionais forçou-as a desenvolver, elaborar e dogmatizar regras gerais de organização e de actuação que, produtos de uma reflexão interna continuada, vieram a dar corpo a uma forma de auto-conhecimento assente em conjuntos cada vez mais sofisticados de conceitos, definições e teorias de circulação interna à instituição. Este auto-conhecimento passou a reproduzir-se, a partir de certa altura, através da reflexão especializada de intelectuais orgânicos, internos ou cooptados pela instituição, que paulatina-

(16) Para além dos clássicos (M. Weber e R. Michels) as referências básicas neste ramo da sociologia são: Selznick (1949); Blau (1955); March e Simon (1958); Crozier (1963); Mouzelis (1968); Larson (1977); Clegg e Dunkerley (1980).

mente construíram o discurso institucional: o discurso militar, o discurso religioso, o discurso judicial, o discurso médico. Pode mesmo dizer-se que qualquer destas instituições se especializou tanto ou mais no discurso como nas acções ou funções. A especialização das funções correu paralela à especialização das palavras, a profissionalização das acções correu paralela à profissionalização dos conceitos.

A constituição destas formas de auto-conhecimento teve dois efeitos principais. Por um lado, tornou possível uma enorme e condensada circulação de sentido no interior das instituições. Os conceitos constituídos no seio das instituições eram, por isso mesmo, auto-referenciáveis e, daí, evidentes, transparentes, o que possibilitava que o sentido das acções e, portanto, a avaliação dos comportamentos e das atitudes se formasse e circulasse rápida e inequivocamente por todo o edifício institucional. Este foi um factor decisivo na construção da coerência institucional e do espírito de corpo que normalmente a acompanhou. No caso do discurso militar, citemos a título de exemplo os conceitos operativos de chefia, comando, liderança, ordem, disciplina, os conceitos programáticos de honra, pátria, nação, interesse nacional e independência nacional e o conceito básico, mediador entre os conceitos operativos e os conceitos programáticos: o conceito do inimigo.

Mas, por outro lado, o auto-conhecimento produziu um outro efeito, complementar do anterior: o processo pelo qual o discurso institucional se tornou evidente e transparente para o interior da instituição fez com que ele se tornasse hermético, cifrado, esotérico para a sociedade exterior à instituição. O discurso do auto-conhecimento, que abriu canais no interior da instituição, fechou os canais por que a sociedade exterior poderia ter acesso à instituição. As grandes instituições passaram a apresentar-se em sociedade segundo uma imagem pública, meticulosamente calculada e fabricada (nos edifícios — fossem eles quartéis, igrejas, palácios de justiça ou hospitais — nos uniformes, nas posturas, nas distinções, etc.), uma imagem de fachada atrás da qual as instituições se fecharam, transparentes apenas para si mesmas. A distância entre o público e o privado, tal como a distinção entre o político e o técnico, o profissional e o amador, foram utilizadas para caucionar uma forma de transparência interna que só era possível através do fechamento externo.

Este processo de fechamento foi longo. E o facto de as instituições poderem ter uma vida socialmente dupla não constituiu durante muito tempo qualquer problema. Pelo contrário, a consolidação e a expansão das instituições assentou nessa

duplicidade. Ou seja, o fechamento estrutural das instituições foi durante muito tempo uma solução e não um problema.

Há, no entanto, um momento histórico em que o fechamento se transformou num problema. E esse deu-se quando o fechamento estrutural das instituições se tornou também um fechamento fenomenológico, ou seja, quando a sociedade não institucionalizada reparou finalmente que as instituições estavam fechadas, e que o seu discurso, por ser hermético, era também socialmente vazio, por ser profissionalizado, era incontrollável e, por ser ritualizado, era irracional.

Nesse momento, que em geral nos países europeus ocorreu na década de 60 princípios da década de 70, abriu-se a crise de legitimação do poder institucional⁽¹⁷⁾. Por razões certamente específicas de país para país e de instituição para instituição, essa crise manifestou-se, no entanto, de uma forma convergente: a rejeição das instituições, ou, pelo menos, a distanciamento em relação a elas. Estas manifestações foram, por exemplo, no caso instituição militar: as deserções ou as fugas ao serviço militar, o ostracismo nos *mass media*, os debates sobre os orçamentos militares, a denúncia de guerras a perder ou mesmo a ganhar; no caso da instituição religiosa: o decréscimo da prática religiosa, a falta de vocações sacerdotais, a revelação de escândalos do Vaticano; no caso da instituição judicial: a denúncia do acesso desigual à justiça e da justiça desigual e uma descrença generalizada na eficácia da administração da justiça; no caso da instituição médica: a revelação das doenças iatrogénicas, a denúncia da perda do controlo do corpo em favor de médicos e medicamentos, os estudos sobre a produção multinacional de produtos farmacêuticos e os modos de experimentação com seres humanos e a criação de medicina alternativas.

A investigação das causas desta crise de legitimação generalizada é hoje um dos debates mais actuais nas ciências sociais. Durante muito tempo pensou-se que a crise de legitimação foi provocada por uma crise de eficácia das instituições que a precedeu. Hoje põe-se em causa este argumento e a falsa linearidade que ele comporta. Entende-se que a crise de legitimação precedeu, em muitos casos, a crise de eficácia.

Não interessa resolver aqui esta questão. Interessa, sim, referir os remédios que foram propostos na sociedade e depois nas várias instituições para resolver a crise de legitimação. Mas antes é importante que se retenha o seguinte: indepen-

(17) Sobre esta questão cf. Santos (1980).

dentemente da decisão sobre a relação entre crise de legitimação e crise de eficácia ao nível do diagnóstico, o facto é que, ao nível das soluções, as questões da legitimação e da eficácia foram, em geral, tratadas conjuntamente. Ou seja, procuraram-se soluções que visavam reconstituir o consenso social a respeito das instituições e da relevância das suas funções sociais, soluções que, simultaneamente, aumentavam a eficácia funcional, administrativa e orçamental das instituições.

Tais soluções foram variadas consoante os países e as instituições mas tiveram em comum o facto de assentarem num maior envolvimento dos cidadãos na vida das instituições. Traduziram-se, por exemplo, em várias formas de participação popular no planeamento e até na execução das actuações institucionais. No caso da Igreja, e no seguimento do Vaticano II, o ressurgimento da comunidade dos leigos e a sua participação na pastoral; no caso dos tribunais, a emergência de várias formas de participação popular na administração da justiça (os juízes sociais, os juízes leigos, os julgados de paz, os tribunais comunitários); no caso da instituição médica, as comissões de utentes nos hospitais, as comissões mistas de avaliação deontológica, a medicina comunitária, o ressurgimento do clínico geral e de uma prática menos profissionalizada. No caso da instituição militar, as soluções foram talvez mais tímidas mas, mesmo assim, e sobretudo no quadro europeu, fomentou-se ou, pelo menos, tolerou-se o associativismo⁽¹⁸⁾ e uma certa democratização do funcionamento de órgãos de consulta ao mesmo tempo que se participou num debate público sobre o papel das forças armadas e se procurou uma ligação institucionalizada com o parlamento. Ainda recentemente Helmut Schmidt, ex-chanceler da Alemanha Federal, pronunciava no parlamento alemão um discurso em que elogiava o *Wehrbeauftragter*, um cargo parlamentar encarregado de defender os interesses dos membros das forças armadas (El País, 16.3.1985).

Conclui-se assim que a questão do relacionamento civil/militar neste tempo terceiro, sendo uma questão específica, não é uma questão qualitativamente diferente daquelas que se têm posto às demais instituições totalizantes quando defrontadas com uma crise de legitimação. É, no entanto, distinta daquela que teoricamente se pode imputar aos tempos primeiro e segundo. De facto, a relação entre forças armadas e sociedade que subjaz ao universo simbólico do tempo terceiro não tem nada a ver com a relação populista do tempo primeiro ou com a

(18) Sobre esta questão cf., por último, Borup-Nielsen (1985).

relação revolucionária do tempo segundo. É uma relação despolitizada como no tempo primeiro mas, ao contrário deste e do tempo segundo, o seu elo privilegiado na sociedade civil não são as classes populares mas antes as classes médias. As classes médias são as mais receptivas ao apelo profissionalizante/modernizante, uma vez que elas próprias se encontram entaladas no dilema: profissionalização ou proletarização. Por outro lado, por serem as classes cujo status social é mais frágil e instável, estão, pela sua insegurança, mais aptas a identificar-se com os objectivos abstractos da defesa nacional.

Por outro lado, a relação forças armadas/sociedade do tempo terceiro coloca-se fora da instrumentalização e da troca de favores típicos do populismo (tempo primeiro) e obviamente está nos antípodas da relação revolucionária (tempo segundo). É uma relação que pressupõe um bloco político-social hegemónico dominado pela burguesia e congregando a adesão das classes médias e de largos estratos do operariado; este bloco cristaliza-se num estado moderno empenhado no desenvolvimento capitalista. Este bloco e este estado garantem a estabilidade governativa necessária à relativa despolitização das questões militares e à elaboração e execução de planos de modernização cujos calendários previsionais se prolongam por várias décadas⁽¹⁹⁾. Por outro lado, garantem o desenvolvimento económico onde se geram os recursos financeiros com que o estado faz face às enormes despesas de modernização militar. Por último, o bloco hegemónico e o estado garantem a cooperação política das classes médias e de largos estratos do operariado, cooptando-os através das políticas sociais. A relação entre forças armadas e sociedade no tempo terceiro é, em suma, uma *relação social-democrata*.

(19) A despolitização das questões militares não significa de modo nenhum que os militares percam força política para fazer promulgar no parlamento e no governo as medidas que propõem para a sua modernização. Pelo contrário, a despolitização relativa das questões militares permite ao lobby militar congregar mais amplos consensos, tanto mais que se sabe aliar aos interesses industriais (ligados à indústria da defesa) que pressionam as instâncias políticas no mesmo sentido. É o complexo militar-industrial de que já falava Eisenhower. Por outro lado, deve salientar-se que o «modelo ocidental» de submissão das forças armadas ao poder político civil tende a obscurecer o fenómeno, cada vez mais visível nos países capitalistas avançados, do crescente poder económico, social e mesmo político de militares de alta patente, tanto no activo como na reserva. Uma das primeiras denúncias deste fenómeno nos Estados Unidos da América pertence a C. W. Mills (1956).

5. CONCLUSÕES

A sociedade portuguesa é uma sociedade semi-periférica e esta característica deve presidir à análise da questão militar, como, de resto, à de todas as questões sociais, políticas e económicas que hoje nos defrontam. Esta caracterização não implica que a sociedade portuguesa seja uma sociedade caótica ou sequer eclética, que apresente em certos domínios as condições dos países centrais e, noutros, as condições dos países periféricos. A caracterização semi-periférica tem uma lógica própria que se manifesta no interior de cada domínio, de cada movimento social, de cada acontecimento. O movimento dos capitães ilustra bem o que acabo de dizer. O facto de os capitães terem derrubado pela força o regime fascista e de desde logo terem prometido e depois cumprido entregar o poder político às forças políticas que ganhassem as eleições significa que a actuação político-social que desencadearam (a crise revolucionária) combina em si, segundo uma lógica própria, traços característicos dos países periféricos (a intervenção inconstitucional no poder político) e traços característicos dos países centrais (a submissão ao poder político civil democrático).

A caracterização semi-periférica confere extrema complexidade às práticas sociais. É assim também no domínio das práticas simbólicas e dos mapas cognitivos com que nos orientamos nas interacções sociais que tecem, tanto o nosso quotidiano (a vida igual), como o nosso anti-quotidiano (a efabulação mítica da vida diferente). Distingui três mapas cognitivos, três universos simbólicos, na construção social das forças armadas na sociedade portuguesa: tempo primeiro: «ir à tropa na sociedade rural»; tempo segundo: «a aliança povo/MFA»; tempo terceiro: «as forças armadas modernas e profissionais segundo o modelo ocidental». Estes três tempos simbólicos constituem três tipos-ideais (no sentido weberiano) de relações entre as forças armadas e a sociedade. A acentuação proposta de alguns dos seus traços recolhidos na experiência histórica e sociológica do nosso país em detrimento de outros visa conferir-lhes autonomia estrutural a partir da qual é possível classificar as práticas sociais. Estas, contudo, são sempre mais complexas que os tipos-ideais e transgridem-nos, por isso, parcialmente.

As três sociedades — a sociedade rural, a sociedade revolucionária, a sociedade social-democrata — a que se ligam os três tempos simbólicos constituem outros tantos modos de produção do social e, portanto, outros tantos modos de produção simbólica. Estes três modos de produção confluem nas práticas

sociais em que a sociedade dá conta de si e das suas relações com os militares. Sobrepondo-se, combinando-se, interpenetrando-se, os três tempos histórico-simbólicos estão presentes nas imagens, percepções e concepções, enfim, na produção de sentido que regula as relações entre a sociedade civil e a sociedade militar. Daí a ambiguidade estrutural do sentido assim produzido.

Os três modos de produção de sentido manifestam-se, ao nível das práticas sociais, enquanto *configurações de sentido*. Isto não significa que os três tempos estejam igualmente presentes nessas configurações. Eles mudam consoante o domínio que cobrem e o grupo social que os protagoniza. Se alguma tendência geral é detectável, vai no sentido da crescente predominância do tempo terceiro. Esta tendência, além dos problemas gerais a que já fiz referência, é susceptível de criar alguns outros, específicos do nosso país.

Com efeito, a crise de legitimação por que passaram as instituições nos países capitalistas avançados não foi até agora resolvida apesar de se ter atenuado sensivelmente na década de oitenta. Há mesmo indícios de que tende de novo ao agravamento. Neste contexto e nesta conjuntura histórica, a consolidação entre nós do tempo terceiro e do universo simbólico que ele transporta tenderá a provocar ou a agravar a crise de legitimação das forças armadas. Por três razões principais. Em primeiro lugar, os efeitos de distanciação e de abstracção sociais decorrentes da profissionalização e da modernização das forças armadas serão mais virulentos numa sociedade semi-periférica a braços com carências básicas ainda muito generalizadas e importantes. Por outras palavras, será socialmente pouco compreensível ou pouco aceitável que as forças armadas detenham bens, serviços, equipamentos, tecnologias e recursos humanos capazes de eliminar ou pelo menos atenuar algumas dessas carências e não se disponham a utilizá-los nesse sentido. Em segundo lugar, estas mesmas carências, e o seu eventual agravamento em face da integração de Portugal em espaços económicos mais amplos num momento de recessão económica, tornarão muito difícil a obtenção dos consensos sociais e políticos necessários ao aumento das despesas públicas exigidos pela profissionalização e modernização das forças armadas. Em terceiro lugar, este tempo terceiro, ao contrário do que sucede nos países capitalistas avançados, não ocupa entre nós em exclusivo o campo simbólico das forças armadas. Pelo contrário, é forçado a conviver com os tempos segundo e primeiro e, portanto, com as imagens diferentes (e até antagónicas) que elas projectam sobre a instituição militar. Esta con-

corrência faz com que se ampliem, quase por ilusão de óptica, os aspectos socialmente negativos da profissionalização e modernização das forças armadas.

A confluência de tempos e de universos simbólicos ocorre, aliás, no interior da instituição militar e é visível no discurso público dos seus mais altos representantes. As intervenções públicas recentes de militares de alta patente, no activo e com responsabilidades de chefia, mostram até que ponto a concepção populista e metafísica das forças armadas, típica do tempo primeiro, ainda está presente: a referência constante à instituição militar como reserva moral da nação e a comparação, por vezes implícita, por vezes explícita, entre o comportamento e a estatura moral dos políticos e os dos militares, comparação obviamente favorável a estes últimos. Por outro lado, a propensão mal contida para intervir no processo político é subsidiária da concepção revolucionária, típica do tempo segundo, ainda que de sinal político bastante diferente daquele que dominou as sequências político-militares de 1974-75.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alegre, Manuel (1968), *Praça da Canção*. Lisboa, Ulisseia.
 Alegre, Manuel (1974), *O Canto e as Armas*. Coimbra, Centelha.
 Athayde, Mello (1903), «A aversão do povo pelo serviço militar», *Revista Militar*, ano 55, n.º 6, 167.
 Baptista, F. Oliveira (1984), «Transformação do Aparelho de Estado — O Caso do Ministério da Agricultura». Comunicação apresentada no Colóquio sobre «Administração Pública e Democracia» organizado em 24.11.1984 pelo Centro de Estudos Socialistas e pela Reflexão e Acção Socialistas.
 Blau, Peter (1955), *The Dynamics of Bureaucracy*. Chicago, University of Chicago Press.
 Borup-Nielsen, Steen (1985), «The Right to Trade Union Membership within the Danish Armed Forces». Comunicação apresentada ao 2.º Seminário da Associação 25 de Abril realizado em Lisboa de 26 a 28 de Abril de 1985.
 Broué, Pierre (1971), *Révolution en Allemagne*, Paris, Éditions de Minuit.
 Broué, Pierre e E. Témime (1961), *La révolution et la Guerre d'Espagne*. Paris, Éditions de Minuit.
 Cabral, M. Villaverde (1982), «Fragmentos de uma conversa sobre a aldeia e a vida camponesa», *Ideia*, 26-27, 76.
 Carranza, Mário Esteban (1978), *Fuerzas Armadas y Estado de Excepcion en America Latina*. México, Siglo Veintiuno.
 Carrilho, Maria (1984), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século Vinte*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- Clegg, Stewart e D. Dunkerley (1980), *Organization, Class and Control*. Londres, RKP.
- Correia, Pezarat (1985), «Modelo de Sociedade e Tipo de Forças Armadas. Que Relação? Que Influência Recíproca?». Comunicação apresentada ao 2.º Seminário da Associação 25 de Abril realizado em Lisboa de 26 a 28 de Abril de 1985.
- Crozier, Michel (1963), *Le Phénomène Bureaucratique*. Paris, Seuil.
- Dreifuss, R. Armand e Otávio Soares Dulci (1983), «As Forças Armadas e a Política», in Bernardo Sorj e M. H. Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 87.
- Eisfeld, Rainer (1985), «A Dinamização das Forças Armadas: A concepção do MFA e algumas perspectivas fundamentais de uma democratização militar». Comunicação apresentada ao 2.º Seminário da Associação 25 de Abril e realizado em Lisboa de 26 a 28 de Abril de 1985.
- Fidel, Kenneth (org.) (1975), *Militarism in Developing Countries*. New Brunswick, Transaction Books.
- Fortuna, Carlos (1984), «On the Semipheripheral Zones of the World-economy». Binghamton, Departamento de Sociologia.
- Larson, M. Sarfatti (1977), *The Rise of Professionalism. A Sociological Analysis*. Berkeley, University of California Press.
- Lenine, V. I. (1978), *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante, vol. 2.
- Lima, F. C. Pires de (1930), «Alguns aspectos da vida portuguesa no 'Cancioneiro de S. Simão de Novais'», in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto, vol. 4, n.º 3, 290.
- March, J. e H. Simon (1958), *Organizations*. Nova Iorque, John Wiley.
- Melo, João de (1977), *A Memória de Ver Matar e Morrer*. Lisboa, Prelo.
- Mendes, J. Manuel (1978), *Ombro! Arma!* Lisboa, Bertrand.
- Mercado, Zavaleta (1974), *El poder dual en America Latina*. México, Siglo Veintiuno.
- Mills, C. Wright (1956), *The Power Elite*. Londres, Oxford University Press.
- Mouzelis, Nicos (1968), *Organization and Bureaucracy*. Nova Iorque, Aldine.
- Navarro, A. Modesto (1985), «Do interior do País ao 25 de Abril». Comunicação apresentada ao 2.º Seminário da Associação 25 de Abril realizado em Lisboa de 26 a 28 de Abril de 1985.
- Nemésio, Vitorino (1949), «Quatro Prisões debaixo de Armas», in Vitorino Nemésio, *O Mistério do Paço do Milhafre*. Lisboa, Bertrand, 123.
- Nordlinger, Eric (1977), *Soldiers in Politics: Military Coups and Governments*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- Pacheco, Fernando Assis (1963), *Cuidar dos Vivos*. Coimbra, Vértice.
- Paço, Afonso do (1965), *A Vida Militar no Cancioneiro Popular Português*. Porto, Museu de Etnografia e História.
- Rodrigues, A. dos Reis (1959), «Apologia do Exército». Separata da revista *Infantaria*, n.ºs 155 e 156.
- Santo, Moisés do Espírito (1980), *Comunidade Rural no Norte do Tejo*. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1979), «Popular justice, Dual Power and Socialist Strategy», in B. Fine et al. (orgs.), *Capitalism and the Rule of Law*. Londres, Hutchinson, 151.

- Santos, Boaventura de Sousa (1980), «Law and Community: The Changing Nature of State Power in Late Capitalism», *International Journal of Sociology of Law*, 8, 379.
- Santos, Boaventura de Sousa (1984), «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, 7.
- Santos, Boaventura de Sousa (1985 a), «Social Crisis and the State», in Kenneth Maxwell (org.), *Portugal in the 80's*. Westport, Greenwood Press, no prelo.
- Santos, Boaventura de Sousa (1985 b), «Estado e Sociedade na Semi-periferia do Sistema Mundial: O Caso Português», *Análise Social*, no prelo.
- Santos, Virgílio (1981), *História da Minha Vida*, 1.^a Parte: O Marçano. Coimbra, Centelha.
- Selvagem, Carlos (1965), «Juventude, Exército, Nação». Separata da revista *Proelium*, 1, 3.^a série, 11.
- Selznick, Philip (1949), *TVA and the Grass Roots*. Berkeley, University of California Press.
- Silva, José Marmelo e (1968), *Anquilose*. Lisboa, Ulisseia.
- Trotsky, L. (1963), *The Basic Writings of Trotsky*. Nova Iorque, Free Press.
- Vieira, V. Alberto (1977), *Guerrilheiro é terra móvel*. Coimbra, Centelha.
- Vieira, V. Alberto (1979), *Salário de Guerra*. Lisboa, Vega.
- Vieira, V. Alberto (1982), *Chão de Víboras*. Coimbra, Centelha.
- Weffort, Francisco (1980), *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2.^a edição.